



ANEXO ÚNICO		
CPF	Nome	Processo nº
125.829.804-04	FERNANDO DANTAS FERRO	04599.521170/2004-33
070.028.405-25	SILVIA LEO DE ARAUJO MONTEIRO	04599.523569/2004-59

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA NO ACRE

PORTARIA Nº 3, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO DO ACRE no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, art. 3º, da Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 538 e 553 do Código Civil brasileiro, resolve:

Art.1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o Governo do Estado do Acre à União, com base na Lei 2.713/13, de 23 de julho de 2013, dos lotes de terra urbano 01-B-U, Parte B e 01-A-U, Parte A - Área Aduana de Assis Brasil, situado na BR-317, no município de Assis Brasil/AC, devidamente descritos nas Matrículas nº 199 e 200, constante do Livro 02 na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Brasil, com os seguintes limites e confrontações: Frente com remanescente Seringal Paraguaçu - Matrícula n.º 085; pelo lado direito com remanescente Seringal Paraguaçu - Matrícula n.º 085; e pelos fundos com remanescente Seringal Paraguaçu - Matrícula n.º 085. A doação se faz de acordo com os elementos que integram o processo nº 05540.000829/2014-22.

Art.2º A doação do imóvel a que se refere o Art. 1º será destinada para fins de funcionamento das atividades finalísticas da Receita Federal do Brasil na região de fronteira (Aduana de Assis Brasil/AC).

Art.3º Fica estabelecido o prazo de 2 (dois) anos para que a União cumpra com o referido encargo, caso contrário, o imóvel será revertido ao Estado do Acre.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANAÉRCA LOPES DAS NEVES RODRIGUES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.153, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe confere o inciso I, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, e tendo em vista os arts. 11 e 12, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; e no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe de Gabinete do Ministro para:

I - designação e dispensa de substitutos eventuais dos titulares de cargos em comissão, dos níveis DAS-101.1 a DAS101.5;

II - no âmbito da Administração Central, praticar os atos de designação e dispensa de titulares e substitutos eventuais das Funções Gratificadas - FG, de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991; e

III - no âmbito das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE, praticar os atos de designação e dispensa de titulares e substitutos eventuais das Funções Gratificadas - FG, de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, quando envolver mudança de exercício de servidor entre Superintendências distintas ou entre a Administração Central e as SRTE.

Art. 2º Delegar competência aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego, no âmbito das respectivas SRTE, para praticar os atos de designação e dispensa de titulares e substitutos eventuais das FG, de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, exclusivamente quando não envolver mudança de exercício entre Superintendências distintas.

§1º A delegação de que trata o caput não dispensa a necessidade de consulta prévia à Secretaria de Inspeção do Trabalho e à Secretaria de Relações do Trabalho, quando a designação recair sobre os cargos de chefia, titulares ou substitutos eventuais, com atribuições aderentes à inspeção do trabalho e às relações do trabalho.

§2º A designação de FG que recair sobre servidor ocupante do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho deve ser previamente submetida à apreciação da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

§3º Os atos de designação e dispensa dos titulares de FG, na forma estabelecida no caput deste artigo, devem ser publicados, pelas SRTE, na Seção 2 do Diário Oficial da União.

§4º Os atos de designação e dispensa dos substitutos eventuais de FG, na forma estabelecida no caput deste artigo, devem ser encaminhados pelas SRTE, eletronicamente, para publicação no Boletim Administrativo da Administração Central, conforme rotinas estabelecidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos/CGRH/SPOA/SE/MTE.

Art. 3º Na prática dos atos de que tratam os art. 1º e 2º devem ser observadas as seguintes vedações:

I - designação de titular ou substituto de FG para ocupantes de emprego público, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, bem como para servidores estatutários das esferas estadual e municipal;

II - designação concomitante para mais de uma vaga de titular ou substituto eventual de FG;

III - designação de servidor com horário especial ou com jornada reduzida, sob qualquer fundamento; e

IV - designação retroativa de titulares e de substitutos eventuais de Funções Gratificadas.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GM/MTE nº 1.257, de 31 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2010.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MANOEL DIAS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 6 de agosto de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 912/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve: ARQUIVAR as seguintes impugnações: Impugnação 46000.008989/2014-12, interposta pelo Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Aparecida, Guaratinguetá e Região, CNPJ 51.627.768/0001-20, com fundamento no art. 18, inciso III, da Portaria 326/2013; Impugnação 46000.000151/2015-53, interposta pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo-SINDEEPRES, CNPJ 96.287.487/0001-04, nos termos do art. 18, inciso III; e Impugnação 46000.000284/2015-20, apresentada pelo Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Pedreiras, Extração de Água Mineral, Areia, Lenha, Madeira de Ubatuba e Região, CNPJ 13.172.404/0001-04, com fundamento no Artigo 18, inciso II, da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Cruzeiro, CNPJ 47.438.338/0001-93, Processo de Pedido de Alteração Estatutária 46219.011546/2011-01, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores nas indústrias de alimentação: I- da agroindústria e da agropecuária da alimentação; II- das indústrias de alimentos preparados ou semi-preparados; III- das indústrias de matéria prima destinada a fabricação de alimentos em geral; IV- das indústrias do fumo, charutos e cigarilhas; V- das empresas que produzam alimentos independentemente da natureza e atividade principal do estabelecimento; VI- das indústrias do trigo, milho, soja, mandioca, arroz e aveia; VII- das indústrias do açúcar refinado e cristal; VIII- das indústrias de torrefação, moagem e beneficiamento de café; IX- das indústrias de café solúvel; X- das indústrias de panificação e confeitaria; XI- das indústrias de cacau, balas e doces; XII- das indústrias de laticínios e produtos derivados; XIII- das indústrias de bebidas, água, cervejas, vinhos, refrigerantes, sucos, aguardentes, coñhaques e licores; XIV- das indústrias de massas alimentícias, biscoitos, conservas alimentícias, congelados, supercongelados, sorvetes e liofilizados; XV- das indústrias de azeite e óleos alimentícios; XVI- das indústrias de produtos embutidos, enlatados e frigoríficos de origem animal, bovina, charque, suína e aves; XVII- das indústrias do fumo, cigarilhas, cigarros e produtos congêneres; XVIII- das empresas de imunização e tratamento de frutas, alimentar de congelados, supercongelados e sorvetes; XIX- das empresas de rações balanceadas e alimentação animal; XX- das empresas de pesca; XXI- os trabalhadores que exercem as funções de promotoras, demonstradoras, repositoras e operadores em microcomputadores e de informática, que trabalham na categoria profissional, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Cruzeiro, Areias, Lavrinhas, Que-luz, São José do Barreiro, Arapei e Silveiras, pertencentes ao estado de São Paulo, consoante o art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 900/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013, INDEFERIR o processo de pedido de Registro Sindical 46448.000406/2010-14, referente ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Ourinhos e Região na Zona Sorocabana, CNPJ 12.448.524/0001-29, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Alteração Estutária do sindicato abaixo relacionado, em observância ao art. 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46214.002683/2012-77
Entidade	SINPRO-PI - Sindicato dos Professores e Auxiliares da Administração Escolar do Estado do Piauí
CNPJ	05.334.156/0001-22
Fundamento	NT 909/2015/CGRS/SRT/MTE

Em 10 de agosto de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46217.003183/2012-22
CNPJ	08.554.875/0001-47
Fundamento	NT 911/2015/CGRS/SRT/MTE

Entidade: SINDIPETRO-RN - Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras Nas Empresas e Indústrias do Setor Público, Estatal e do Setor Privado do Ramo Energético do Petróleo em Pesquisa, Exploração, Perfuração, Lavra, Produção, Tratamento, Processamento, Refino, Armazenamento e Transporte de Petróleo e Seus Derivados, Gás Natural e Seus Derivados, Produção de Energia Térmica Oriunda do Petróleo e Gás, Energia Eólica, Bioenergia, Biodiesel e Seus Derivados, Química Industrial e Seus Derivados, Química Fina e Seus Derivados, Petroquímica e Seus Derivados, Produção de Óleos Minerais e Seus Derivados, Outros Insumos e Produtos Afins e Suas Aludidas Atividades Industriais, Econômicas, Logísticas e de Serviços nas Áreas Terrestres e Marítimas do Estado do Rio Grande do Norte

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve ARQUIVAR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46211.004245/2012-73
Entidade	SINTRASAUDE-CARATINGA/MG - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Caratinga/MG
CNPJ	13.769.318/0001-83
Fundamento	NT 906/2015/CGRS/SRT/MTE

Processo	46223.008648/2010-91
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Poção de Pedras - MA
CNPJ	07.682.319/0001-93
Fundamento	NT 907/2015/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c os artigos 26 e 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve INDEFERIR e ARQUIVAR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46222.003338/2012-51
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados e Não Assalariados de Rondon do Pará e do Sul e Sudeste do Estado do Pará
CNPJ	11.887.719/0001-02
Fundamento	NT 908/2015/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve INDEFERIR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46218.004555/2012-28
Entidade	Sindicato dos Servidores Ativos, Inativos (Aposentados), Pensionistas dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Rio Grande/RS - APTAFURG/SINDICATO
CNPJ	91.102.087/0001-63
Fundamento	NT 901/2015/CGRS/SRT/MTE

Processo	46208.003728/2012-18
Entidade	SINDBIO/GO - Sindicato dos Biólogos do Estado de Goiás
CNPJ	15.404.772/0001-66
Fundamento	NT 902/2015/CGRS/SRT/MTE

Processo	46736.002965/2012-85
Entidade	SINDECONBESP - Sindicato dos Trabalhadores e Empregados em Concreteiras e Empresas de Bombeamento e Locação de Bombas no Estado de São Paulo
CNPJ	15.112.166/0001-77
Fundamento	NT 903/2015/CGRS/SRT/MTE

Processo	46202.006289/2012-47
CNPJ	15.263.443/0001-42
Fundamento	NT 904/2015/CGRS/SRT/MTE

Entidade: Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da construção civil, montagem e manutenção industrial, construção e montagem de gasodutos e oleodutos e engenharia consultiva e trabalhadores nas indústrias de pinturas, decoração e estoque, trabalhadores nas indústrias de serrarias, carpintarias, tonoarias, madeiras, compensados, laminados, chapas de fibras de madeiras, oficial, marceneiros e trabalhadores nas indústrias de móveis e madeiras, e trabalhadores nas indústrias de energia elétrica

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica 913/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Portaria 326/2013, INDEFERIR o Processo de pedido de Registro de Alteração Estatutária 46211.009137/2009-91, CNPJ 20.324.588/0001-46, referente ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Viçosa/MG - SINFUP.